



## BIROn - Birkbeck Institutional Research Online

Mandelbaum, B. and Frosh, Stephen and Rubin, A. and Theodoro, A.R. (2018) Antropofagia e Autoritarismo na Psicanálise Brasileira. *Caliban - Latin American Journal of Psychoanalysis* 17 (1), ISSN 0035-2942.

Downloaded from: <https://eprints.bbk.ac.uk/id/eprint/25787/>

*Usage Guidelines:*

Please refer to usage guidelines at <https://eprints.bbk.ac.uk/policies.html>  
contact [lib-eprints@bbk.ac.uk](mailto:lib-eprints@bbk.ac.uk).

or alternatively

## **Antropofagia e Autoritarismo na Psicanálise Brasileira**

Belinda Mandelbaum<sup>1</sup>, Universidade de São Paulo, psicanalista e professora associada do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IPUSP. É chefe do departamento (2014-) e coordenadora do Laboratório de Estudos da Família, Relações de Gênero e Sexualidade. Autora de livros e artigos em estudos de família, psicologia social e psicanálise.

Stephen Frosh<sup>2</sup>, Department of Psychosocial Studies, Birkbeck, University of London. Professor e diretor do Programa de Mestrado em Estudos Psicanalíticos. Autor de diversos livros sobre psicanálise e estudos psicossociais, incluindo *Assombrações: psicanálise e transmissões fantasmagóricas*. SP: Benjamin Editorial, 2018.

Aline Rubin<sup>3</sup>, Universidade de São Paulo, psicóloga e doutoranda em Psicologia Social, bolsa de estudos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Artur Rafael Theodoro<sup>4</sup>, psicólogo e mestre em ciências pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. É editor da Benjamin Editorial.

---

<sup>1</sup> belmande@usp.br

<sup>2</sup> s.frosh@bbk.ac.uk

<sup>3</sup> line1rubin@gmail.com

<sup>4</sup> artheodoro@gmail.com

## **Introdução**

A psicanálise surgiu na Europa no final do século XIX, mas desde então tem se disseminado por diversos países, e de modo especialmente fértil na América Latina. Em cada local, desenvolveu características únicas a partir de seu diálogo com culturas específicas, ideologias, condições sociais, políticas e econômicas que encontrou. Isso se mostrou tão verdadeiro no Brasil quanto em outros lugares, e a história da psicanálise brasileira tem sido objeto de algumas pesquisas recentes importantes (Costa, 1989; Mokrejs, 1993; Russo, 2012a,b).

Neste artigo, dirigimos nossa atenção para a “produção” da psicanálise no Brasil, ou seja, para a natureza e a qualidade do trabalho psicanalítico neste país, representado especialmente por suas publicações. Estamos particularmente interessados no trabalho produzido durante a ditadura civil-militar que durou 21 anos, de 1964 a 1985. Isso porque, naquele período, as instituições psicanalíticas cresceram e até mesmo prosperaram (Russo, 2012b), embora a atmosfera de opressão e medo fosse também sentida no interior do movimento psicanalítico (Frosh e Mandelbaum, 2017). Uma pergunta que surge é se o autoritarismo do mundo social “exterior” refletiu-se na prática profissional dos psicanalistas, e o quanto isso limitou a criatividade dos mesmos de modo identificável. Em seu ensaio *A Geração AI-5 e Maio de 68*, escrito em 1979, Luciano Martins sustenta que a cultura autoritária no Brasil impediu o pensamento crítico, mas também que a terapia psicanalítica contribuiu para anestesiar o conflito entre indivíduos e sociedade. No material que segue, derivado de projeto de pesquisa que desenvolvemos desde 2013<sup>5</sup>, examinamos as relações entre autoritarismo e

---

<sup>5</sup>*Psicanálise e Contexto Social no Brasil: Fluxos Transnacionais, Impacto Cultural e Regime Autoritário. Projeto FAPESP 2015/11244-3.*

produção psicanalítica, especialmente em um contexto no qual as regras autoritárias que governavam a nação como um todo ressoavam no interior das instituições psicanalíticas (Frosh e Mandelbaum, 2017). No caso brasileiro, essa ressonância contribuiu para marcar as instituições psicanalíticas pelo constrangimento, pela falta de liberdade de pensamento e de expressão, certa esterilidade e até mesmo episódios de censura implícita.

Ao longo de nossa pesquisa, realizamos entrevistas com psicanalistas brasileiros que integraram instituições psicanalíticas brasileiras no período ditatorial e com outros que fizeram sua formação no exterior e retornaram ao país durante o período de redemocratização que se iniciou nos anos 1980. Também examinamos publicações em revistas de psicanálise brasileiras, com atenção especial para aquelas em que psicanalistas refletiram sobre as contribuições brasileiras para o campo psicanalítico. Essa produção possui raízes de longa data, no modo como a psicanálise foi recebida no país desde o início, a partir de uma relação colonizada com os centros hegemônicos de produção da psicanálise, no Norte. Alguns desses padrões colonizados ainda estão presentes nos modos como a psicanálise é pensada e praticada no Brasil, embora mudanças profundas tenham ocorrido desde os anos 1980, com o processo de democratização do país e a disseminação de grupos psicanalíticos e grupos de estudos “dissidentes” em relação às sociedades filiadas à IPA, especialmente em círculos acadêmicos.

### **Origens antropofágicas**

Em um congresso realizado na cidade do Rio de Janeiro em 2004, sob o título *Identifying markers of Latin American Psychoanalysis: uncertainty, complexity and pluralism* (Identificando marcas de psicanálise latino-americana: incertezas, complexidade e pluralismo), um artigo apresentado por três psicanalistas paulistanas, “Yes, we have bananas!”, posteriormente publicado no *International Journal of Psychoanalysis* (Azevedo, Vannucchi e Sandler, 2005), retratou a psicanálise latino-americana não apenas como uma vertente distinta no cenário da psicanálise mundial, mas reivindicando *igual* participação em relação à psicanálise praticada em outros lugares. De acordo com Azevedo et al, atribuir “incertezas, complexidade e pluralismo” à psicanálise produzida na América Latina, como era característico de boa parte das discussões sobre o assunto, é um sinal de preconceito que surge de uma relação colonizador-colonizado – daí o título do artigo, referindo-se a um estereótipo sobre o Brasil datado das primeiras décadas do século XX. Segundo os autores, “incertezas, complexidade e pluralismo” são parte de toda a psicanálise, não apenas daquela produzida na América Latina.

No mesmo artigo, as autoras atribuem o fato de a psicanálise produzida em países como o Brasil ser tão pouco conhecida a relações de poder no ambiente psicanalítico mundial e seu impacto nos critérios de publicação. Além disso, elas apontam as dificuldades com o idioma que, especificamente no campo da psicanálise, na qual nuances relacionadas ao significado das palavras são tão importantes, impossibilitam a plena disseminação das atividades desenvolvidas pelos psicanalistas latino-americanos em sua prática clínica. O artigo vai ao encontro de queixas – quase sempre acompanhadas de uma certa convicção implícita que poderia ser traduzida em algo como: “se não fosse pela

barreira do idioma, o mundo conheceria meu trabalho!” Essa é uma situação propícia para fomentar fantasias relacionadas ao “romance familiar” de cada analista: “se eu tivesse nascido em outra casa, em outro país, tudo seria diferente...”.

No Brasil, foram os psiquiatras que inicialmente estabeleceram contato com a psicanálise e a introduziram em suas aulas e artigos (Russo, 2012a). O período inicial, do final do século XIX à primeira metade do século XX, foi caracterizado no país por um fluxo migratório considerável partindo da Europa e por uma ruptura com instituições locais tradicionais, produzida por processos de modernização, industrialização e urbanização (Valladares de Oliveira, 2012). As novas elites buscaram seus modelos de identificação principalmente na Europa, e tentaram erguer suas identidades nacionais baseando-se nesses modelos. Em um processo de urbanização acelerado, a modernidade se tornou uma espécie de estilo cultural que penetrou o tecido de uma sociedade que não resistiu; ao contrário, consumiu avidamente o que era produzido no Primeiro Mundo, sonhando os sonhos modernos do cinema e da moda. O conflito e as misturas entre colônia e metrópole, entre o nacional e o estrangeiro, entre o regionalismo e o cosmopolitismo, acompanhou a história do país ao longo dos cinco séculos posteriores ao seu “descobrimento”. Nas primeiras décadas do século XX, a imigração europeia criou uma nova base demográfica, enquanto a ideia de periferia persistiu (e ainda persiste) de modo contraditório. A introdução da psicanálise no Brasil seguiu esse ímpeto de modernizar e desenvolver o país, seja no campo da psiquiatria (Russo, 2012a) ou da cultura (Fachinetti, 2003).

Os conflitos sociais e culturais que surgiram a partir do encontro de culturas cosmopolitas com tradições locais se tornaram o tema, no Brasil, da

Semana de Arte Moderna de 1922, um evento que reuniu escritores, poetas e pintores em torno do debate sobre a identidade e a cultura brasileira. No Manifesto Antropofágico, escrito em 1928, Oswald de Andrade, que teve papel chave na Semana de 1922, articulou uma poderosa mimese: “*Tupi or not tupi that is the question.*” Em outras palavras, a antropofagia tornou-se o emblema para uma demanda de “engolir” a herança cultural europeia e transformá-la em arte e linguagem tipicamente brasileiras; ser alimentado por tudo o que os estrangeiros trouxeram ao Brasil, sugar todas as suas ideias e uni-las às ideias brasileiras, alcançando assim nossa própria produção cultural.

É curioso e importante para nosso tema notar que, desde o início, a psicanálise foi “engolida” de formas radicalmente opostas pelas elites locais – mas sempre mantendo uma posição central na construção das identidades nacionais brasileiras. Por um lado, a psicanálise ofereceu uma linguagem e os temas para um profundo processo de renovação nas artes e na cultura, partilhado pelas elites intelectuais urbanas. No Manifesto Antropofágico, Oswald de Andrade (1928) menciona Freud ao menos três vezes, incluindo esta afirmação provocativa: “Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama”. Pindorama (em tupi-guarani *pindó-rama* ou *pindó-retama*, “terra/lugar/região de palmeiras”) é uma denominação pré-cabralina dada a regiões que posteriormente formariam o Brasil. Ampliando o seu significado, é o nome indígena *par excellence* desse país sul-americano. Vemos aqui um Freud que denuncia e revela a natureza opressora da realidade social, a quem Oswald de Andrade se une para exaltar a

proposta de um mundo sem complexos, sem loucura, sem prostituição e sem prisões em Pindorama.

Por outro lado, e em oposição a essa ideia cultural de um retorno às origens, a psicanálise foi apropriada pelas elites locais – especialmente por médicos higienistas e psiquiatras – como um instrumento capaz de oferecer um caminho para aperfeiçoar e melhorar a raça brasileira. Russo (2012a) mostra que, embora os psicanalistas em geral prefiram se identificar com a face revolucionária e transgressora da psicanálise, suas ideias eram bem aceitas pelo *establishment* médico e psiquiátrico, no projeto de colaborar cientificamente para introduzir o povo brasileiro na civilização ocidental. O padrão peculiar de recepção da psicanálise por médicos brasileiros foi em grande medida moldado pelas obsessões raciais das elites sociais e intelectuais no país. Se, durante as primeiras décadas do século XX, uma das principais características do mito da identidade do povo brasileiro era uma mistura de três raças – branca, negra e indígena –, o que conferiu a ela elementos de um primitivismo instintivo e uma sexualidade exacerbada, para que o processo de civilização e modernização seguisse seu curso, era necessário educar o povo, discipliná-lo, extirpá-lo das marcas de sua natureza selvagem. Em *História da psiquiatria no Brasil* (1980), Jurandir Freire Costa escreve que é no contexto dessas ideias que a eugenia que caracterizou a psiquiatria nazifascista foi exaltada e apropriada pela psiquiatria brasileira nos anos 1920 e 1930. Fachinetti (2012, p. 45) afirma que, “a partir da década de 1890, especialmente, a representação da mestiçagem como marca identitária local ganhou uma versão cada vez mais pessimista, especialmente por causa da difusão das teorias degeneracionistas”. Portanto, no início do século XX, principalmente devido ao rápido processo de urbanização que levou a



“crescentes níveis de criminalidade, corrupção, doenças e da emergência de um proletariado urbano de ex-escravos e imigrantes, as elites sociais e intelectuais tornaram-se ainda mais pessimistas frente ao problema racial” (Facchinetti, 2012, p. 46). A psicanálise poderia contribuir com o projeto de aprimorar essa identidade nacional miscigenada, na medida em que oferecia explicações que eram não biológicas, e nesse sentido, não determinantes, para as vicissitudes da sexualidade. A ideia de *sublimação*, por exemplo, sinalizava a hipótese de que impulsos sexuais e agressivos poderiam encontrar destinos mais nobres e elevados que a mera satisfação em atos, sem mediações culturais ou morais. É nesse sentido que a psicanálise foi apropriada, não apenas por psiquiatras na forma de uma terapia moderna, uma alternativa à tradicional psiquiatria biologicamente fundamentada; mas também por pedagogos, como uma ferramenta para a disciplina e para o controle corporal.

A psicanálise teve participação em um projeto com uma concepção híbrida – tanto darwinista quanto lamarckista – para o aprimoramento das raças, adotado pela Liga Brasileira de Higiene Mental nas décadas de 1920 e 1930. Ela também participou da construção de uma ideologia racional e científica para explicar o “atraso” do Brasil e suas possibilidades de desenvolvimento. A psicanálise ofereceu um discurso “científico” que foi disseminado pela sociedade a respeito de modelos familiares, da educação das crianças e do relacionamento entre os gêneros, o que operou como um poder disciplinador e culpabilizador. Notemos que, embora a psicanálise tenha sido apresentada como uma nova proposta, capaz de lidar com todas essas questões em um contexto de aparente ruptura com padrões coloniais tradicionais de hierarquia entre os gêneros e gerações, ela apenas alcançou a penetração que teve porque não

rompeu verdadeiramente com esses padrões – ao contrário, conferiu a eles uma justificação científica, uma espécie de nova roupagem para antigos modos de vida.

Assim, por exemplo, psicanalistas reforçaram por meio do rádio, em jornais e revistas direcionadas ao público feminino a importância da relação mãe-criança para o desenvolvimento psicológico saudável mantendo inquestionável o padrão da família de classe média burguesa, com seus tradicionais papéis de masculinidade, feminilidade e infância. No mesmo período em que Donald Winnicott estava transmitindo conselhos para mães na Inglaterra, o psicanalista Durval Marcondes mantinha uma coluna semanal em um jornal conservador diário de grande circulação, *Folha da Manhã*, com temas que envolviam a psicanálise (em outro importante jornal de São Paulo, ele dava conselhos sobre como as mulheres deveriam se vestir “com bom gosto”, “de modo a agradar os homens”(1960, p. 48)); e Virginia Bicudo, uma das primeiras psicanalistas de São Paulo, que também trabalhou com Durval Marcondes em um serviço público destinado a crianças, tinha um programa de rádio sobre vida familiar e educação das crianças.

### **Produções brasileiras**

Embora a psicanálise tenha tido um impacto profundo no país desde o início do século XX, em áreas tão diversas como psiquiatria, saúde mental, educação, artes e cultura de massa, quando entrevistamos psicanalistas brasileiros em 2016 e 2017, eles nos disseram repetidamente a respeito da ausência de uma produção psicanalítica especificamente brasileira, que tivesse

contribuído de modo significativo para o desenvolvimento da teoria psicanalítica ou para a prática clínica. Por exemplo, o psicanalista A comenta:

*Durante muito tempo, agora nem tanto, mas entre os anos 1950 e 1970, os analistas praticamente não tinham voz escrita, tinham as publicações, às vezes há trabalhos muito interessantes, mas muito limitados e acanhados, precários...*

O psicanalista B tem a mesma percepção:

*Acredito que não havia uma tradição nas sociedades psicanalíticas brasileiras para que se publicassem artigos. Não posso fazer uma análise sociológica disso, mas talvez as pessoas fossem realmente muito narcisistas para se exporem, não havia uma tradição de publicação de artigos.*

Diferentes explicações para a ausência de publicações foram dadas por nossos entrevistados. Por exemplo, o psicanalista C relata suas impressões ao chegar ao Brasil após um longo período de formação no exterior, durante os anos 1980:

*Acredito que era muito pequena, a produção. Sociedades [psicanalíticas] eram muito fechadas naquela época, [...] eu não tinha uma boa impressão naquele período, uma boa visão da produção brasileira, não sentia que era original, nova, nem bem escrita [...]*

*Acredito que, no início, os brasileiros não tinham nenhuma experiência de escrita para revisão por pares pelas revistas científicas, então não havia nenhum tipo de crítica, nenhum tipo de intervenção ou diálogo editorial. Então, os artigos eram [...] muito desconexos. Eu estava acostumado a ler a produção inglesa, o International Journal, a produção francesa, que é diferente, mas elas têm uma estrutura. Na produção brasileira eu não sentia que os textos costumavam ter qualquer estrutura.*

*Por desconexos eu quero dizer que não era possível ligar um parágrafo ao outro, não havia uma evolução natural das ideias, após ler o artigo não se sabia do que se tratava, qual era a principal tese do autor [...] não havia uma revisão por pares.*

O psicanalista C está se referindo a sociedades psicanalíticas fechadas, onde o critério de seleção para a publicação em seus periódicos não era a qualidade do texto, sua originalidade ou novidade, mas *quem* o escreveu. Ou seja, a sociedade psicanalítica seguiu, de acordo com o entrevistado, um tipo de hierarquização social alinhada com a sociedade brasileira em sentido amplo, que define lugares exclusivos, um tipo de “quem é quem” da psicanálise brasileira, incluindo o privilégio de ser publicado, pouco importando a qualidade do texto escrito. É assim que os textos “desconexos, não estruturados” eram produzidos, sem serem submetidos à revisão por pares. Se, no que se refere à prática psicanalítica, como relatamos em outra oportunidade (Frosh e Mandelbaum,

2017), sociedades psicanalíticas oficiais defenderam a “pureza”, a não contaminação da prática clínica pelo mundo exterior, o critério de publicação era, por sua vez, exterior à própria psicanálise. Ao invés de examinar a qualidade do pensamento ou da prática psicanalítica, o critério para publicação “era se alguém era importante ou não”.

Os pontos de vista do psicanalista C a respeito da hierarquização dos psicanalistas e os privilégios decorrentes disso – neste caso, ser publicado a despeito da qualidade do texto, o que por sua vez contribuiria para reforçar o *status* daqueles que conseguiam ter seus trabalhos publicados – estão relacionados com as observações do psicanalista D sobre a presença de uma forte hierarquia no relacionamento entre analistas e pacientes no Brasil. Além disso, D faz uma conexão explícita entre a hierarquização dos psicanalistas e as condições circundantes de autoritarismo no Brasil durante a ditadura. Ele diz:

*Mas acho que no Brasil existe um “a mais”. É como se esse pressuposto de que há uma diferença nas posições do analista e do analisando tivessem sido levadas na tradição psicanalítica brasileira ao exagero e à caricatura. Eu acho que é esse exagero e essa caricatura que é um efeito, seja da tradição política conservadora brasileira, seja do fortalecimento que isso teve nos anos da ditadura militar. [...] aqui no Brasil existem invariantes, ligadas a essa hierarquia que atravessa sejam os discursos psicanalíticos da IPA, seja os discursos psicanalíticos lacanianos.*

Isto é, de acordo com os psicanalistas C e D e outros que comunicaram percepções similares, as sociedades psicanalíticas brasileiras eram (e , em alguma medida, ainda são) caracterizadas por regimes de formação e relações profissionais fundadas em submissão e falta de liberdade de expressão, e essa situação foi acentuada durante a ditadura, que exagerou as tendências à hierarquização já prevalentes na sociedade brasileira (Ribeiro, 1995; Holanda, 2003). Isso poderia ser observado nas relações entre analistas e analisandos e também em seus espaços de ensino e de produção do conhecimento; e ao menos na visão do psicanalista D, isso se relaciona com o que ocorreu no contexto social mais amplo durante o mesmo período, o que é confirmado pelo analista E, que chegou da Argentina nos anos 1970 e narrou o que encontrou na Sociedade de Psicanálise de São Paulo, filiada à IPA:

*Havia esse comportamento britânico fascista em relação aos pacientes, que algumas pessoas tinham. Algumas pessoas na sociedade aparentavam aquele fascismo kleiniano britânico.*

A linguagem enfática empregada pelo entrevistado, em que a referência ocasional aos kleinianos como “fanáticos” (Etchegoyen, 1987) torna-se articulada como “fascismo”, indica a intensidade do sentimento e também uma atitude na direção oposta ao “colonialismo” da escola inglesa de psicanálise, que supostamente exportou atitudes e ideias a serem reproduzidas em outros lugares. Curiosamente, Rocha Barros (1995) fornece uma visão oposta das razões para o uso confuso ou derivado das ideias kleinianas no Brasil, atribuindo este fato ao

“consumo” de tais ideias sem a atenção adequada às suas origens e nuances (i.e. antropofagia), mas também afirmando que,

Por meio desse processo, grupos de consumo local tornam-se proprietários de certas ideias psicanalíticas, simplificadas pelo próprio uso ao qual as ideias estão sujeitas. Essas ideias servem assim para institucionalizar e legitimar a dominação desses grupos de consumo local, segregando grande parte da comunidade psicanalítica do acesso a formas mais avançadas e inovadoras de pensamento psicanalítico. Ideias e teorias são susceptíveis de se tornarem simplificações, usadas meramente como técnicas para proclamar a superioridade e, é claro, os setores segregados tendem a ameaçar essas ideias como exóticas e estranhas ao seu ambiente. (Barros, 1995, p. 838)

O que o autor sugere é que uma certa leitura simplificada de algumas das ideias e práticas de sociedades psicanalíticas estrangeiras foram apropriadas por grupos poderosos no interior de instituições psicanalíticas brasileiras e utilizadas para preservar status ao invés de promover o avanço do conhecimento. Isso por vezes produziu oposição, mas principalmente subserviência e idealização por parte dos grupos excluídos do poder, novamente em detrimento do desenvolvimento de uma psicanálise criativa e crítica.

Outro elemento marcante dentre as características da produção psicanalítica que o psicanalista C encontrou ao chegar ao Brasil foi a ausência de diálogo editorial, o que sugere que os textos eram, de acordo com ele, desconectados de qualquer tipo de diálogo com outros textos ou autores

brasileiros. De fato, C nos diz que, quando chegou ao país, as sociedades psicanalíticas brasileiras eram muito mais conectadas com as sociedades europeias do que entre si:

*Enorme rivalidade entre sociedades, eu diria, não apenas entre sociedades, mas entre estados. Acredito que a Sociedade de Psicanálise de São Paulo evitava qualquer vínculo com a Sociedade do Rio de Janeiro, e vice-versa. Acredito que éramos mais próximos das sociedades europeias do que da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro.*

Rocha Barros (1995, p. 837) nota a predominância do pensamento kleiniano no Brasil (dos anos 1960 aos anos 1980) e comenta: “para algumas Sociedades, Londres (representada quase exclusivamente pelo grupo kleiniano), e também Buenos Aires, tiveram uma influência central no desenvolvimento de nosso pensamento psicanalítico”. Do mesmo modo, Marina Massi (2007), em sua tese sobre as publicações dos psicanalistas paulistas na *Revista Brasileira de Psicanálise* entre os anos 1960 e 1970, observa que 90% das referências eram a autores estrangeiros, especialmente Freud, Klein, Bion e Hanna Segal. Os outros 10% das referências se dirigiam a um grupo de figura proeminentes da Sociedade de Psicanálise de São Paulo, especialmente Durval Marcondes, Virginia Bicudo e Luiz Almeida Prado Galvão.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Uma análise das onze revistas existentes durante o período mostra a predominância de “líderes” de cada movimento psicanalítico regional no Brasil. Os autores publicados mais frequentemente eram Virginia Leone Bicudo, Durval Marcondes, Humberto Haydt de Souza Mello, Armando Bianco Ferrari, Darcy de Mendonça Uchoa, Deocleciano B. Alves, Odilon de Mello Franco Filho, Jansy Berndt de Souza Mello e Laertes Moura Ferrão em São Paulo. Na



Essa apreciação é confirmada pela percepção do psicanalista F, tendo retornado ao Brasil vindo da Europa nos anos 1980:

*[...] isso eu fiquei impressionado quando cheguei no Brasil, que as pessoas não estudavam juntas. Óbvio que não tem uma escola brasileira [...] Tem que ter uma interlocução, eu tenho que estar em discussão com você, você tem que discutir o meu trabalho, eu o teu, tem que ter uma comunidade de trabalho, não tem. Às vezes você apresenta um trabalho na Sociedade, eles vão lá, discutem com você, a discussão é “super” interessante, pertinente. Saem dali, vão fazer um trabalho às vezes próximo, não vem nem um elemento da discussão com você. Vão pegar o Fedida, a B. Joseph, o Roussillon, que agora está na moda, é de Lyon (quando há uma produção brasileira, ela é tão individualizada...). Isto não acontece aqui, laços de trabalho. [Por que?] Acho que pela pobreza ou pelo próprio narcisismo. E inveja também, tirar do outro e pegar para si. Os olhos estão voltados para fora, para os grandes centros internacionais, basicamente Paris, Londres (relações de idealização, Bion, Lacan, linguagens que ninguém entende). Não tem lugar para pensar junto, para escrever junto.*

Ao final dos anos 1970, a falta de uma produção nacional foi percebida pela própria *Revista Brasileira de Psicanálise*, um órgão oficial das instituições

psicanalíticas filiadas à IPA. Por exemplo, o psicanalista Gecel Sztterling, então presidente da Sociedade de Psicanálise de São Paulo, publicou um artigo argumentando que:

As ideias novas, os novos descobrimentos não têm trânsito fácil no próprio descobridor, nem entre os psicanalistas aos quais são apresentados: talvez seja este um dos empecilhos para motivar nossos pesquisadores de todas as hortas, para que se sintam dispostos a atentar para suas descobertas e escrever algo a seu respeito. (Sztterling, 1976, pp. 24 e 25).

Além disso, em 1984, o editorial da mesma revista, escrito por Ana Maria Azevedo e intitulado “A crise”, expôs a mesma falta de publicações de artigos científicos, o que poderia ter sido causado, de acordo com o texto, por “restrições, temores, objeções particulares e até mesmo desinteresse dos membros” (Azevedo, 1984, p.5). A autora faz um chamado especial para a participação de colegas “para que a RBP possa continuar existindo, contribuindo de maneira eficaz para o intercâmbio de ideias, representando realmente o pensamento vivo e atual da Psicanálise no Brasil” (Azevedo, 1984, p. 6). Heitor Bandeira de Paola, no mesmo volume, afirma que nas sociedades brasileiras a prioridade tem sido formar analistas clínicos e que “a ânsia por novos conhecimentos, sem resposta nativa adequada, leva-nos a repetir o modelo da ‘importação de tecnologia’” (Paola, 1984, p. 265).

Paola também critica a adoção de uma postura nacionalista, tal como o respaldo à “psicanálise carioca ou brasileira”, de modo semelhante ao argumento

apresentado por Azevedo et al (2012). Entretanto, ele se ressentia da falta de apreço pelos pensadores nacionais, “os quais jamais contam com as plateias lotadas a altos preços dos visitantes de além-mar” (Paola, 1984, p. 265).

Na mesma edição da Revista, Doin (1984) levanta a questão de “por que tantos escrevem tão pouco?” e defende que existe um déficit nas habilidades científicas na sociedade, que é erroneamente tomado por uma ideia de que somente “uma análise pessoal bem sucedida, por si só, nos faça pensar eficientemente, em matéria de ciência” (Doin, 1984, p. 10). Embora Doin (1984) pareça concordar que aspectos da vida dos psicanalistas poderiam afetar a produção científica, ele afirma não acreditar em uma correlação direta entre a análise pessoal e a proficiência científica. Para sanar esse problema, ele sugere medidas pragmáticas tais como o oferecimento de cursos sobre epistemologia e método científico, a criação de uma comissão sobre escrita científica, o desenvolvimento do conhecimento da língua inglesa e a garantia de um lugar seguro e agradável para apresentação pública de trabalhos.

Em artigo no qual psicanalistas da Sociedade de Psicanálise de São Paulo discutiram o tema do conflito geracional na sociedade em geral, mas também na instituição psicanalítica, eles propuseram a ideia de que um funcionamento primário da mente afeta a produção psicanalítica. De acordo com o seu argumento, conflitos arcaicos vividos com o grupo familiar são replicados nas instituições psicanalíticas, bloqueando a emergência de novas ideias e o progresso da psicanálise:

A angústia persecutória pode tornar-se tão intensa que bloqueia toda a capacidade criativa. Protela-se a apresentação de trabalhos, a

capacidade de elaborá-los torna-se lenta, desvaloriza-se as próprias ideias e acaba-se canalizando-as num dos modelos teóricos já conhecidos, corroborando falsamente o conhecido, recorrendo-se a bibliografia, especialmente dos grandes mestres, como crianças tomadas por fantasias de castração e de idealização. (Szerling et al, 1973, p. 332).

Ainda que essa leitura psicanalítica da situação não seja necessariamente equivocada, ela também não aponta para a racionalidade possível da instituição psicanalítica como um lugar em potencial para que esses conflitos edípicos arcaicos sejam reeditados ou um lugar onde a ansiedade persecutória pode ser exacerbada. No entanto, a leitura serve para revelar alguns dos elementos da concepção dos próprios psicanalistas sobre as suas dificuldades à época.

Por outro lado, a abertura ao exterior, de acordo com o modelo de “importação de tecnologia”, era bastante ampla. Muitos de nossos entrevistados valorizaram a abertura das instituições psicanalíticas brasileiras a diversas tradições e autores, sempre estrangeiros: os ingleses, os franceses, argentinos, e alguns americanos aqui e ali. Isso é visto pelos entrevistados como uma característica positiva dos psicanalistas brasileiros – essa abertura a tudo o que vem do exterior, sempre facilitada pela proficiência em línguas estrangeiras pelas elites locais, à qual a maioria dos psicanalistas pertencem. De acordo com muitos entrevistados, isso marca um certo sincretismo que se tornou característica da psicanálise brasileira. O psicanalista C afirma:

*Acredito que os brasileiros naquela época, mesmo naquela época, estavam abertos à produção não apenas dos psicanalistas britânicos, mas também oriunda da psicanálise francesa, eles estavam abertos a muitas visões distintas em psicanálise, mesmo em termos de cultura geral, em termos de romances que haviam sido lidos pelos brasileiros, eles possuíam uma experiência de uma ampla gama de autores. Não havia, eu acredito, preconceito no Brasil contra línguas diferentes, nacionalidades diferentes, estilos diferentes.*

O psicanalista G, que realizou sua formação em São Paulo, propõe o modelo do sincretismo religioso para compreendermos a formação dos psicanalistas brasileiros:

*A gente, latino-americanos, faz sincretismos religiosos, isto numa época era visto como uma mixórdia no rigor teórico de uma escola. Mas ao mesmo tempo no Brasil é comum a gente poder ler em Inglês, Francês e Espanhol. O francês até pouco tempo não lia Inglês, o inglês não lia Francês, eram fechados em si. Será que esse sincretismo também não tem valor?*

O psicanalista A sugere que a língua portuguesa é muito suscetível a termos importados de outros idiomas, e reflete sobre como isso moldou a psicanálise falada no Brasil:

*[...] nós somos uma língua pouco culta em relação ao italiano, alemão ou o francês; embora tenha uma grande tradição, porque os países que falam [português] não têm posições hegemônicas no mundo cultural há mais de três séculos ou quatro séculos, teve no século XVI. Então, é uma língua que facilmente, aí sim, aplica-se à ideia de colonização, é colonizada. De uma forma que chega a ser transfigurada. A gente lê tradução, ensaios de colegas em Português que parece Francês. Ou então Inglês. Trabalhos de conteúdo irrepreensível, não estou me referindo a isto, que você lê nas revistas, e que denunciam a filiação não só a autores, Klein, etc., mas à cultura da língua inglesa, uma forma da língua inglesa. [...] Durante muito tempo na sociedade, é muito comum ainda hoje, dizer assim “você não realizou muito bem esse conceito”, “essa é uma psicanálise que não é real”, é o real inglês, não é o nosso real. Ou então quando traduzimos pulsão, isso eu sei que é polêmico, mas também a palavra pulsão, embora tenha sido agora dicionarizada, não é da nossa língua. Impulso sim, instinto sim.*

Toda língua assimila termos de outras línguas, mas o psicanalista A aparentemente fala sobre a tendência, característica da cena psicanalítica brasileira, de não apenas importar tecnologia, mas de falar Inglês ou Francês em Português, de afiliar-se a uma cultura estrangeira, abandonando assim o seu próprio vocabulário. Utilizando a metáfora religiosa para falar sobre a formação da identidade psicanalítica brasileira, o psicanalista H nos lembra do primeiro bispo do Brasil, Dom Pedro Fernandes Sardinha, que chegou a Salvador vindo de Portugal em 1551. Sua trajetória ficou marcada na história brasileira por ter

sido, de acordo com alguns relatos controversos, devorado por índios Caetés, em um ritual antropofágico na orla do nordeste brasileiro, em 1556. A antropofagia era a prática, realizada por algumas tribos nativas, de devorar prisioneiros capturados durante guerras.

### **Antropofagia psicanalítica**

Maria Cândida Ferreira de Almeida, em *Tornar-se outro: o topos canibal na literatura brasileira* (2002), propõe o modelo canibalista para refletir sobre a identidade brasileira, transformando-o em um traço identitário nacional: “um canibalismo a serviço de um devir-brasileiro, irrealizável, posto que nossa identidade está em constante movimento de construção/desconstrução, inclusão/exclusão e ainda em formação/deformação” (Almeida, 2002, pp. 24-28), o que leva o crítico literário Roberto Schwarz (1988) a iniciar seu artigo “Nacional por eliminação” com a seguinte frase: “Brasileiros e latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter postiço, inautêntico, imitativo da vida cultural que levamos” (Schwarz, 1988, p. 77).

No campo psicanalítico, Elias Rocha Barros (1995) sugere que a sociedade psicanalítica oficial se moldou à imagem e semelhança da Sociedade de Psicanálise Britânica, especialmente do grupo kleiniano<sup>7</sup>, embora estivessem desconectados do verdadeiro processo de produção do kleinianismo na Sociedade Britânica de Psicanálise – um processo que era levado a cabo em diálogo estreito com os textos freudianos. Em termos mais amplos, os

---

<sup>7</sup> Dos anos 1950 até os anos 1980, psicanalistas brasileiros pertencentes a sociedades filiadas à IPA se dirigiram a Londres para realizarem sua formação. Ao retornarem, eles trouxeram a bagagem clínica e teórica que utilizariam para formar os jovens analistas brasileiros.

psicanalistas brasileiros engoliram partes da teoria advindas de locais distantes, por vezes clichês exaustivamente repetidos – “O analista deve trabalhar sem memória e sem desejo”, para os bionianos, “O inconsciente é estruturado como uma linguagem”, para os lacanianos – sem uma compreensão dos processos e das condições de produção desses conhecimentos. A frase “sem memória, sem desejo” por si mesma, além disso, era um forte álibi para evitar o estudo e a compreensão dos próprios textos de Bion – ou de qualquer outro, seja freudiano, kleiniano, etc. –, substituindo-os por um mergulho na experiência emocional vivida no aqui e agora da relação analítica. O estudo pode trazer, a partir dessa concepção, o risco de racionalização e distanciamento em relação à experiência vivida. No campo laciano, problemas similares aparentemente também ocorrem no que se refere ao estudo e compreensão do trabalho do mestre. Ao menos é o que sugere a psicanalista L, que foi formada pelos lacanianos parisienses, dizendo que “a contribuição dos brasileiros para a psicanálise foi a difusão da psicanálise freudiana e laciana no Brasil,” com a ressalva de que *“[A penetração das ideias de Lacan no Brasil] é muito grande, não há quem não queira ser laciano, isso não quer dizer que as pessoas são lacianas e que os procedimentos clínicos delas têm muito a ver com o que o Lacan fazia”*.

O psicanalista C faz uma observação similar sobre a incorporação das ideias de Bion no âmbito das instituições psicanalíticas afiliadas à APA:

*Então eu acredito que o uso que eles fizeram de Bion e o conservadorismo na Sociedade expresso em termos de fechamento de avenidas para novas pessoas se tornando analistas e novas pessoas se tornando analistas didatas de um modo que acredito tem muito mais a*



*ver com um controle do mercado do que qualquer ligação com as ideias de Bion.*

Discutindo o tema da formação de uma identidade na produção psicanalítica brasileira, Luiz Meyer, em “Identidade e originalidade da produção psicanalítica: uma visão a partir de São Paulo” (2008), expõe “dois modos de construção identitária – ambos geradores de impasse - em nosso meio”:

O primeiro [...] cria sujeitos nos quais a relação de subserviência com sua fonte identitária é erigida como modelo. Espelhando-se nesta fonte, o sujeito, digamos assim, constrói sua imagem. [...] No segundo modo, o insumo – de início necessário – é ingerido de forma intensa, contínua e indiscriminada, de modo que o resultado é sua fusão visceral com o sujeito, que com ele se confunde. Esta fusão identitária abdica do próprio distanciamento necessário para que a cópia se faça e incorpora então radicalmente a fonte, confundindo geografias. (Meyer, 2008, p. 199).

Meyer sugere que, nas primeiras décadas do século XX, a psicanálise ofereceu uma linguagem e temas para um profundo processo de renovação nas artes e na cultura, com o objetivo não de copiar, mas compreender a realidade nacional. Após sua institucionalização, como sociedades de psicanálise filiadas à IPA, o “seguimento de regras restritivas, de uma pedagogia globalizante e de uma organização societária razoavelmente coercitiva” configurou “um conjunto de condições que tendem a afetar a imaginação de qualquer pioneiro” (p. 208). E

ele finaliza concluindo de maneira similar a Rocha Barros (1995), afirmando que “o sistema hierárquico e doutrinário inerente à IPA foi assimilado por nossa sociedade de um modo tal que acabou determinando que o interesse local se voltasse para a criação e o fomento da demanda” (p. 208). Com os olhos voltados para o mercado de pacientes para a clínica psicanalítica, a afiliação de analistas brasileiros a escolas canônicas – Freud, Klein, Bion, Lacan – era suficiente para garantir a demanda, assentando-se no prestígio do “estrangeiro” na sociedade brasileira.

Martins (2004) também afirma a existência de um “mercado psicanalítico” determinado pela disseminação de sociedades e pelo número de psicanalistas em formação, bem como pela demanda decorrente de mudanças sociais e culturais ligadas às transformações econômicas na sociedade, o estado caótico dos centros urbanos e a má qualidade de vida, mas também devido à supressão de canais para representação política ou da capacidade de protesto. Entretanto, a crítica de Martins (2004), seguindo Meyer e Rocha Barros, é que o “boom” analítico não correspondeu ao desenvolvimento da psicanálise no Brasil. Mais do que produzir conhecimento original a partir de questões do país e das vicissitudes das formações da identidade, dava-se o fortalecimento contínuo de afiliações, seja dedicando mais ou menos tempo a visitas prolongadas a centros de produção psicanalítica – especialmente Londres e Paris – ou patrocinando a visita de psicanalistas oriundos desses mesmos centros para palestras concorridas e supervisões que ocorreram no Brasil. A tarefa dos psicanalistas locais afiliados à IPA era assimilar o conhecimento mais recente em voga e

identificar-se com ele. Essa pedagogia “globalizante, restritiva e coercitiva”, nas palavras de Meyer, afetou a imaginação local, empobrecendo a sua produção<sup>8</sup>.

### **Conclusão: absorvendo a cultura**

Neste artigo, apresentamos material relacionado às limitações da “produção” psicanalítica brasileira e mostramos que, ao menos na visão de muitos psicanalistas que viveram o período ditatorial, assim como a partir de alguns relatos oriundos de publicações, estas limitações estão ligadas a um tipo de absorção “antropofágica” da psicanálise importada, principalmente da Inglaterra e da França. Os processos institucionais envolvidos aqui estão vinculados à herança do colonialismo, com a percepção de si mesmos pelos brasileiros como sendo parte da “periferia” em relação ao “centro” psicanalítico anglo-francês. Eles também estão conectados a aspectos da história social e cultural do Brasil que refletem a natureza específica do colonialismo que se materializou no país: notadamente, a tradição de absorver ou “canibalizar” influências estrangeiras como uma forma de lidar com o hibridismo da sociedade brasileira, sem se envolver com essas influências de formas criativas.

Há, entretanto, uma vertente adicional que se relaciona com as condições particulares das instituições psicanalíticas no Brasil durante a ditadura. A similaridade entre os modos de funcionamento institucional, com seu impacto na produção psicanalítica brasileira, e o regime autoritário que perdurou

---

<sup>8</sup>O problema de uma pedagogia “globalizante, restritiva e coercitiva” interconectada com demandas do mercado se torna claro no processo altamente regrado e controlado da formação de novos analistas e nas possibilidades de ascensão na hierarquia das instituições, seja nas sociedades psicanalíticas afiliadas à IPA ou outras instituições onde a identificação total a discursos hegemônicos prevalece. A formação psicanalítica é parte de um complexo debate que merece investigação posterior e mais espaço do que permite este artigo.

entre os anos 1960 até os anos 1980 no Brasil, é surpreendente. Durante a ditadura, como descrevemos em outras oportunidades (Frosh e Mandelbaum, 2017; Rubin et al, 2016), as sociedades psicanalíticas reconhecidas pela IPA, ao menos no Rio de Janeiro e em São Paulo, eram caracterizadas por práticas elitistas, hierárquicas e autoritárias, por sigilo e conservadorismo político; e apesar da atuação notável de alguns psicanalistas dissidentes, o tom hegemônico era de colaboração, tácita ou explícita, com as autoridades civis-militares. Em 1984, ano em que a população brasileira realizou manifestações por eleições diretas para a Presidência da República em um grande movimento denominado “Diretas já!”, Fabio Herrmann, que pertencia a uma nova geração de psicanalistas, foi eleito presidente da Sociedade de Psicanálise de São Paulo defendendo uma plataforma de abertura e renovação voltada à produção psicanalítica brasileira.

Os anos 1980 também foram marcados, de acordo com pesquisadores da psicanálise brasileira (Fachinetti e Castro, 2015; Abrão, 2007; Mezan, 2009), pelo aumento no número de estudos acadêmicos e pesquisas, com a disseminação da psicanálise entre uma multiplicidade de instituições no território nacional. Desde então, universidades têm produzido um campo de psicanálise que não é apenas crítico, mas também focado na realidade nacional. Hermann (2002) batizou esse movimento de “clínica extensa”, pois amplia seus espaços de aplicação, que anteriormente eram predominantemente restritos a consultórios particulares. Refletindo a maior abertura da sociedade (embora isto seja constantemente confrontado na situação brasileira altamente conflituosa e dividida, por sua vulnerabilidade a políticas regressivas), a psicanálise começou

a se expressar por meio de contribuições a instituições públicas de saúde mental, trabalhos comunitários e estudos literários e interdisciplinares.

O que importa aqui é enfatizar a susceptibilidade de uma disciplina como a psicanálise a restrições e/ou oportunidades abertas por contextos políticos nos quais ela se desenvolve. Se a clínica psicanalítica voltada a pacientes individuais pertencentes às elites brasileiras floresceu nos grandes centros urbanos durante o regime ditatorial, a psicanálise como ciência, envolvendo pesquisa, reflexão e crítica por parte de um contingente muito mais amplo de pessoas interessadas, pode ser produzida apenas a partir de um envolvimento democrático caracterizado pela abertura a influências externas, mas também pelo desejo de contestá-las. Essas condições não estão disponíveis sob o autoritarismo, que se soma à pressão sobre a psicanálise brasileira para empregar seus recursos de maneira rígida e irrefletida. Embora seja um truísmo contestável argumentar que a psicanálise pode apenas prosperar em uma sociedade liberal que permita dissidência, parece claro que ela não se torna criativa quando o contexto social é tal que bloqueia um aspecto central do projeto psicanalítico: intensificar a liberdade de pensamento.

### **Referências bibliográficas**

Abrão, J. L. F. (2007) Por um modelo metodológico de historiografia da psicanálise. *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano 20, n. 189, 5-16.

Andrade, O. (1928) Manifesto Antropofágico. *Revista de Antropofagia* 1(1).

Azevedo, A. (1984) Editorial – A crise. *Revista Brasileira de Psicanálise* 18(1), 5–6.

- Azevedo, A. M.; Vannucchi, A. M. e Sandler, E. H. (2005) 'Yes, we have bananas!' *International Journal of Psycho-Analysis*, 86, 993-1009
- Bandeira de Paola, H. (1984) Sobre a produção de trabalhos psicanalíticos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 18(3), 263-281.
- Cabernite, L. (1982) The Selection and Functions of the Training Analyst in Analytic Training Institutes in Latin America. *International Review of Psychoanalysis*, 9, 398-417.
- Costa, J. F. (1989) *História da Psiquiatria no Brasil - um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus.
- Doin, Carlos (1984). Entraves à produção de trabalhos psicanalíticos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 18(1), 7-14.
- de Almeida, M. C. (2002) *Tornar-se outro: o topos canibal na literatura brasileira*. São Paulo: Annablume.
- Etchegoyen, H. R. (1987). *Fundamentos da Técnica Psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Facchinetti, C. (2003) Psicanálise Modernista no Brasil: um Recorte Histórico. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 13, 115-137.
- \_\_\_\_\_, C. (2012) Psicanálise para brasileiros: história de sua circulação e apropriação no entre-guerras. *Culturas Psi*, 1, 45-62.
- Facchinetti, C. e Castro, R. D. (2015) The historiography of psychoanalysis in Brazil: the case of Rio de Janeiro. *Dynamics*, 35(1), 13-34.

Frosh, S. and Mandelbaum, B. (2017) ‘Like kings in their kingdoms’: Conservatism in Brazilian Psychoanalysis during the Dictatorship. *Political Psychology*, 38, 591-604.

Herrmann, F. (2002) Da clínica extensa à alta teoria: a história da psicanálise como resistência à psicanálise. *Percurso*, n. 29, 15-20.

Holanda, S. (2003) *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Massi, Marina (2007) *Trinta Anos de História da Revista Brasileira de Psicanálise: Um Recorte Paulista*. Volume II. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Martins, L. M. A. (2004). *A Geração AI-5 e Maio de 68 – Duas Manifestações intrasitivas*. 1.ed. Rio de Janeiro: Livr. Argumento

Mezan, R. (2009) Sob o “signo dos quatro”: ideias para abordar a história da psicanálise. *Pulsional - Revista de Psicanálise*, ano 22, n.1, 28-46.

Meyer, L. (2008) “Identidade e originalidade da produção psicanalítica: uma visão a partir de São Paulo”. Em: Meyer, L. *Rumor na escuta*. SP: Editora 34, 2009.

Mokrejs, E. (1993) *Psicanálise no Brasil – A origem do pensamento psicanalítico*. Petrópolis: Vozes

O Estado de São Paulo (1960, 19 de Agosto) SARI, Odalisca, Baiana p. 48, disponível em <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600819-26169-nac-0048-fem-8-not/busca/Durval+Marcondes>

Ottalagano, C. A., Szterling, Gecel, Szterling, Fajga (1973) Conflito de gerações, emergente de idéias novas in *Revista Brasileira de Psicanálise*, 7, 321-338.

Ribeiro, D. (1995) *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Rocha Barros, E.M. (1995) The Problem Of Originality And Imitation In Psychoanalytic Thought. *International Journal of Psycho-Anal.*, 76, 835-843.

Rubin, A., Mandelbaum, B. and Frosh, S. (2016) 'No memory, no desire': Psychoanalysis in Brazil during Repressive Times. *Psychoanalysis and History*, 18, 93-118.

Russo, J. (2012a) Brazilian psychiatrists and psychoanalysis at the beginning of 20th century: A question for national identity. *Psychoanalysis and History*, 14, 297-312.

\_\_\_\_\_, J. (2012b) The Social diffusion of Psychoanalysis during the Brazilian Military Regime: Psychological Awareness in na Age of Political Repression In Damousi, J; Plotkin, M. (Eds.). *Psychoanalysis and Politics: Histories of Psychoanalysis under conditions of restricted political freedom*. Oxford: Oxford University Press.

Schwarz, R. (1988) Brazilian Culture: Nationalism by Elimination. *New Left Review*, 167, 77-90.

Szterling, G. (1979) 10º Aniversário da Revista Brasileira de Psicanálise, *Revista Brasileira de Psicanálise*, 10(1), 21-25.



Valladares de Oliveira, C. (2012) Psychoanalysis in Brazil during Vargas' Time.  
In J. Damousi and M. Plotkin (eds) *Psychoanalysis and Politics: Histories of  
Psychoanalysis Under Conditions of Political Freedom*. Oxford: Oxford  
University Press.